



AUTÓGRAFO 021/2026

“Altera parte das Leis Complementares nº 168 e nº 169, ambas de 10 de fevereiro de 2022, e dá outras providências”

Autoria: Prefeito Marcelo Heleno Vilares

Art. 1º Fica acrescido junto ao "Anexo I - Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura - Cargos de Provimento em Comissão Cargos de Natureza Especial", existente na Lei Complementar nº 168/2022, especificadamente no número de cargos de "Chefia Executiva de Gabinete", e de "Secretário Municipal", mais 01 (um) cargo de "Chefia Executiva de Gabinete de Secretário Municipal" e mais 01 (um) cargo de "Secretário Municipal", passando o quadro a vigorar com a seguinte redação:

**"ANEXO I
QUADRO GERAL DE PESSOAL DA PREFEITURA
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL**

CARGO	PERFIL PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA COMPATÍVEL	QUANTIDADE	REFERÊNCIA
CHEFIA EXECUTIVA DE GABINETE DO SECRETÁRIO	Ensino Médio	15	CCC - I
SECRETÁRIO MUNICIPAL		14	CCB

....." (NR)

Art. 2º O quadro geral de cargos de Nível de Chefia, existente no Anexo II - Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura - Cargos de Provimento em Comissão Cargos de Direção, Chefia e Assessoramento, especificadamente na Letra C - Número de Cargos de Nível de Chefia, existente na Lei Complementar nº 168/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"ANEXO II
QUADRO GERAL DE PESSOAL DA PREFEITURA
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO**

C) CARGOS DE NÍVEL DE CHEFIA

CARGO	PERFIL PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA COMPATÍVEL	QUANTIDADE	REFERÊNCIA
CHEFE DE UNIDADE	Ensino Médio e Experiência na área de Atuação	15	CCF

....." (NR)

Art. 3º O número de cargos de Chefe de Setor, da estrutura administrativa da Prefeitura do Município de Bertiooga existente corresponde aos cargos de chefe de setor, devidamente descritos e especificados no corpo da Lei Complementar nº 169, de 10 de fevereiro de 2022.

Parágrafo único. Para fins de provimento de cargos em comissão será observado o limitador existente no artigo 3º, da Lei Complementar nº 168/2022.

Art. 4º Fica definido, em relação ao artigo 10 da Lei Complementar nº 168/2022, que as funções gratificadas lá previstas versam sobre "CHEFIA DE DIVISÃO", mantendo-se inalteradas as demais diretrizes normativas sobre o tema.

Art. 5º O artigo 24 da Subseção VIII da Lei Complementar nº 169/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Subseção VIII

Da Secretaria Municipal de Segurança – SC

Art. 24. *A Secretaria Municipal de Segurança compreende em sua estrutura:*

I - o Gabinete do Secretário, que compreende:

- a) a Unidade de Expediente e Documentação - UXSC;*
- b) a Corregedoria da Guarda Civil Municipal - SCGC;*
- c) a Junta do Serviço Militar - DJMI;*
- d) a Divisão de Gestão, Avaliação de Contratos, Contábil e Orçamento - DOCCO.*

II - o Departamento do Comando da Guarda Civil Municipal - DCG, que compreende o Setor de Comando Administrativo da GCM - SCAD, que compreende:

- a) a Divisão de Coordenadoria Operacional - DICOP;*
- b) a Divisão de Justiça e Disciplina — DIVJD; e,*
- c) a Divisão do Destacamento Ambiental da Guarda Civil Municipal – DIDAM*

III - o Departamento de Defesa Civil - DDC, que compreende:

- a) o Setor de Núcleos de Proteção - SNPT;*
- b) o Setor de Atendimento e Assistência — SAAS". (NR)*

Art. 6º Fica criado o artigo 24-A, dentro da "Subseção VIII — A" da Lei Complementar nº 169/2022, que terá a seguinte redação:

"Subseção VIII - A

Da Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade - SB



Art. 24-A. *A Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade compreende em sua estrutura:*

I - o Gabinete do Secretário, que compreende:

- a) Unidade de Expediente e Documentação - UXSB;*
- c) Junta Administrativa de Recursos e Infrações - DJARI;*
- d) a Divisão de Gestão, Avaliação de Contratos, Contábil e Orçamento - DOCCB*

II - o Departamento de Mobilidade, Trânsito e Transporte - DTT, que compreende o Setor de Gestão de Trânsito e Transporte - SGTT, que compreende:

- a) a Divisão de Educação de Trânsito - DIVET;*
- b) a Divisão de Controle de Tráfego e Sinalização - DICTS;*
- c) a Divisão de Fiscalização de Transporte - DIVFT; e,*
- d) a Divisão de Acessibilidade e Mobilidade — DIVAM". (NR)*

Art. 7º Fica acrescido um parágrafo que será o único, junto ao artigo 34 da Lei Complementar n. 169/2022, que terá a redação seguinte:

"Art. 34.

Parágrafo único. *Caberá ao Procurador Geral do Município a expedição de Instruções Normativas para adequar e organizar o exercício das competências previstas neste artigo no que lhe couber, inclusive quanto a decisão, no caso ouvido preliminarmente o procurador municipal envolvido na demanda judicial, de não apresentação de recursos processualmente previstos, quando verificar que a continuidade da demanda é prejudicial ao erário e ao princípio da eficiência administrativa". (NR)*

Art. 8º O artigo 84 da Seção XIV da Lei Complementar nº 169/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Seção XIV
Da Secretaria Municipal de Segurança**

Art. 84. *Compete à Secretaria Municipal de Segurança, sem prejuízo de outras atribuições que venham a ser estabelecidas em regulamento:*

I - coordenar a Guarda Civil Municipal, a defesa civil, a segurança no trânsito e a mobilidade urbana;

II - promover ações de prevenção e proteção da pessoa e dos bens, no combate à marginalidade e aos atos que transgridam a lei e os direitos dos cidadãos;



III - interagir, em sua política e ação de segurança pública, preventiva e combativa, visando o bem comum, e manter relações institucionais e de cooperação com as Polícias do Estado, Corpo de Bombeiros e o Poder Judiciário;

IV - planejar e aplicar medidas socioeducativas e preventivas, através de programas que atuam junto à infância e à juventude, no sentido de auxiliar na formação de sua cidadania;

V - aprimorar o desenvolvimento dos projetos e programas do Governo Municipal, na área de segurança pública;

VI - acompanhar e colaborar na elaboração do orçamento programa e do orçamento plurianual de investimento quanto a sua área de atuação;

VII - atuar no suporte administrativo e operacional à Secretaria, especialmente quanto aos controles financeiros, tais como elaboração das peças orçamentárias, controle de despesa de pronto pagamento, empenhos e de pessoal, tais como controle de férias, frequência, avaliações;

VIII - executar outras atividades correlatas." (NR)

Art. 9º Fica criado o artigo 84-A, dentro da Seção XIV – A, da Lei Complementar nº 169/2022, que terá a redação seguinte:

**"Seção XIV -
Da Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade**

Art. 84-A. Compete à Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade, sem prejuízo de outras atribuições que venham a ser estabelecidas em regulamento:

I - coordenar toda a atividade pública voltada à mobilidade urbana, com vistas a sua melhoria e adequabilidade;

II - promover ações de educação, prevenção e proteção da pessoa e dos bens no que tange ao trânsito de pessoas, cargas, pedestres e outros atores da mobilidade urbana;

III - interagir, em sua política e ação de mobilidade urbana visando o bem comum, e manter relações institucionais e de cooperação com os demais entes estatais das demais unidades da federação que atuem em questões de mobilidade urbana;

IV - planejar e aplicar medidas socioeducativas e preventivas, através de programas que atuam junto à infância e à juventude, no sentido de



CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

auxiliar na formação de sua cidadania em especial quanto à mobilidade urbana;

V - aprimorar o desenvolvimento dos projetos e programas do Governo Municipal, na área de mobilidade urbana;

VI - administrar os recursos advindos da aplicação de multas para serem investidos na educação de trânsito, compra de equipamentos, insumos para a sinalização horizontal e/ou vertical e para sua respectiva implantação e/ou manutenção;

VII - atuar no planejamento das intervenções públicas ou privadas nos diversos modais de transporte de passageiros e cargas no âmbito do Município;

VIII - acompanhar e colaborar na elaboração do orçamento programa e do orçamento plurianual de investimento no que tange as atribuições e competências da secretaria,.

IX - atuar no suporte administrativo e operacional à Secretaria, especialmente quanto aos controles financeiros, tais como elaboração das peças orçamentárias, controle de despesa de pronto pagamento, empenhos e de pessoal, tais como controle de férias, frequência, avaliações;

X - executar as atribuições estabelecidas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), autuando infratores e aplicando as medidas administrativas cabíveis relativas às infrações de trânsito, bem como aquelas previstas em legislação superveniente;

XI - a organização, coordenação, operação e fiscalização do sistema municipal de transportes públicos de passageiros e sua infraestrutura viária, compreendendo:

a) o planejamento do transporte coletivo de caráter municipal e a elaboração, execução e fiscalização de serviços, programas e obras para seu cumprimento e controle;

b) o estabelecimento de normas e regulamentos referentes ao planejamento, implantação, expansão, melhoria, operação, manutenção e fiscalização dos serviços;

c) a outorga de concessões e permissões dos serviços, sua fiscalização e a fixação das respectivas tarifas, nos termos da legislação vigente;

*XII - executar outras atividades correlatas.
..... (NR) ”*

Art. 10. Fica acrescido ao conjunto de atribuições do Cargo de "Chefia Executiva de Gabinete do Prefeito, previsto no Anexo III — Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura — Atribuições dos Cargos de Provimento em Comissão, Letra A - Atribuições do Cargo de Natureza Especial, da Lei Complementar nº 168/22, as seguintes atribuições:

"CHEFIA EXECUTIVA DE GABINETE DE PREFEITO

- *Exercer a gestão e supervisão geral de unidades e do pessoal afeto à sua área de competência;*
- *Ordenar as despesas do Gabinete do Prefeito, bem como gerenciar a execução orçamentária respectiva;*
- *Coordenar a gestão de expedição de documentos e trâmites de processos administrativos;*
- *Analisar e supervisionar a avaliação dos contratos da unidade;*
- *Coordenar as informações contábeis, financeiras e orçamentária da unidade.*

....." (NR)

Art. 11. Fica delegado ao cargo de "Chefia Executiva de Gabinete do Prefeito" as seguintes atribuições não privativas do Prefeito Municipal:

I - acompanhar os procedimentos de licitação em que o Prefeito autorizar a abertura de certames, respeitadas as atribuições de cada pasta, para verificação de sua adequação ao plano de governo e as normas e princípios que regem a administração pública;

II - nos procedimentos de licitação cujos recursos orçamentários estejam inseridos dentro das rubricas afetas ao Gabinete do Prefeito terá as seguintes atribuições:

- a) homologar o processo licitatório;
- b) adjudicar o objeto dos certames licitatórios;
- c) assinar os editais, os contratos e os aditivos decorrentes destes processos; e
- d) autorizar e assinar as notas de empenho de referidos processos.

III - autorizar e assinar:

- a) notas de reservas orçamentárias e notas de empenho, independentemente de seu valor;
- b) acompanhar as obras e prestações de serviços diretamente ou através de indicação de gestor responsável por contratos, com a obrigação de fiscalizar a obra e a prestação de serviços;
- c) conferir medições;
- d) aplicar multas; e
- e) receber total ou parcialmente, de forma provisória ou definitiva, o objeto dos contratos.



IV - editar portarias instaurando sindicância ou processo administrativo disciplinar, em sendo o caso, assim que tiver ciência de irregularidades no serviço público, nos termos do art. 116, da Lei Municipal n. 129/95, independentemente da pena, em tese, a ser aplicada;

V - editar, em conjunto, portarias de transferências de servidores do quadro permanente, entre as pastas que comandem, assim como as portarias de permuta entre servidores lotados no Gabinete do Prefeito;

VI - emitir empenhos, ordens de pagamentos, notas de liquidação, autorizar aquisições, contratações diretas, pagamentos, notas de liquidação e adiantamentos de verba, independentemente de seu valor, bem como subscrever contratos de prestação de serviços, no âmbito de suas respectivas Secretarias;

VII - decidir pela aplicação ou não das penas de repreensão e de suspensão de servidores lotados no Gabinete do Prefeito, conforme o caso, após regular processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 114, inciso I, da Lei Municipal n. 129/95.

VIII - decidir pelo arquivamento de sindicância ou de processo administrativo disciplinar envolvendo servidores do Gabinete do Prefeito (neste último caso, desde que a pena, em tese cabível, seja de repreensão ou suspensão), ainda que a portaria inaugural tenha sido autorizada pelo Chefe do Poder Executivo.

IX - assinar os cartões de ponto dos servidores públicos efetivos e as folhas de presença dos servidores ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração "ad nutum", lotados no Gabinete do Prefeito.

X - assegurar ampla publicidade mediante publicação dos atos no Boletim Oficial do Município;

XI - assinar ofícios e subscrever documentos relativos aos processos de prestação de contas dos convênios de sua Pasta, dando ciência destes atos à Secretaria Municipal de Governo e Gestão Institucional.

Art. 12. Fica criado um artigo que será o "101-A", junto à Lei Complementar nº 169/22, que terá a redação seguinte:

"Art. 101-A. Fica o Poder Executivo autorizado a promover, mediante decreto, o remanejamento de Diretorias e Chefias — Unidades Executoras - integrantes da estrutura organizacional da Administração Pública Direta, inclusive com a transferência de sua subordinação hierárquica e das respectivas unidades orçamentárias entre Secretarias, Diretorias ou Gabinetes.

§ 1º No exercício em que ocorrer o remanejamento, o custeio, a manutenção operacional e todas as despesas de funcionamento da





CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

unidade transferida serão mantidos pelos recursos originalmente provisionados na Secretaria de origem, devendo o Poder Executivo, quando necessário, regulamentar por ato próprio a metodologia e os procedimentos para assegurar a adequação orçamentária e financeira, em estrita observância à Lei Federal nº 4.320/1964 e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º A readequação orçamentária plena e a organização definitiva da nova estrutura administrativa deverão constar obrigatoriamente na lei orçamentária do exercício subsequente.

§ 3º O remanejamento da subordinação hierárquica das unidades administrativas não implicará na criação, extinção ou alteração do quantitativo e da simbologia dos cargos em comissão e funções gratificadas, mantendo-se o estrito cumprimento dos Anexos da Lei Complementar nº 168/2022.

§ 4º Caso a reorganização prevista neste artigo acarrete criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que demande aumento de despesa, deverão ser rigorosamente observados os ditames dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, mediante a apresentação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro e da declaração de adequação orçamentária e financeira com as leis orçamentárias". (NR)

Art. 13. Fica criado o artigo "11-A", junto a Lei Complementar nº 168/22, que terá a seguinte redação:

"Art. 11-A. Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, mediante decreto, as providências administrativas e orçamentárias necessárias à implementação da Secretaria Municipal de Trânsito e Mobilidade, decorrente da reorganização da estrutura administrativa prevista em legislação específica.

***Parágrafo único.** O decreto de que trata o caput deste artigo disporá sobre a alocação dos cargos de provimento em comissão e das funções gratificadas, bem como sobre a realocação das dotações orçamentárias e o remanejamento dos bens patrimoniais e pessoal necessários ao pleno funcionamento da unidade administrativa criada. " (NR)*

Art. 14. O Poder Executivo poderá, após a publicação desta Lei Complementar, expedir decretos contendo a Consolidação da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal, visando a atualização e a ampla divulgação do organograma vigente, com a identificação das unidades administrativas e sua respectiva subordinação hierárquica.

Art. 15. O período sazonal de encaminhamento ao Chefe do Executivo, pela Controladoria Geral do Município, dos relatórios de atividades



CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA

desenvolvidas no período efetivada pelo Sistema de Controle Interno será quadrimestral.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Bertiooga, 19 de fevereiro de 2026.

Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bertiooga

Ver. Antonio Carlos Ticianelli
Presidente

Ver. Eduardo Pereira de Abreu
1º Secretário

Ver. Gilmar Barbosa dos Santos
2º Secretário

